



GESTÃO E ESTRATÉGIA



GABINETE DO COMANDANTE-GERAL

Órgão de assessoramento direto do Comandante-Geral da Polícia Militar, cuja função precípua está na elaboração de documentos, intermediação da comunicação

institucional interna e externa, a fim de viabilizar no auxílio da tomada de decisão estratégica da autoridade.

SÍNTESES

Elaborar análise técnicas necessárias para as decisões do Comandante-Geral com base em estudos realizados pelos órgãos competentes da Instituição.

DOCUMENTOS

Produzir e formalizar documentos necessários para registro e implementação das decisões do Comandante-Geral.

ARTICULAÇÃO

Assegurar as ligações indispensáveis com os órgãos da administração federal, estadual e municipal, além de outros necessários ao desempenho das atribuições institucionais.

Fonte: Gabinete do Comandante-Geral, 2024.

Organograma do Gabinete do Comandante-Geral

O Gabinete é composto por diversas áreas, entre as quais se incluem a Chefia do Gabinete, Ajudância de Ordens, Assessoria

de Comunicação Social, Assessoria de Articulação Parlamentar, Secretaria Executiva e Assistência.



Fonte: Gabinete do Comandante-Geral, 2024.



Ações desenvolvidas pelo Comandante-Geral

O Comandante-Geral da Polícia Militar do Pará, Coronel José Dilson Melo de Souza Júnior, tem desempenhado um pa-

pel estratégico na valorização da tropa e no fortalecimento da segurança pública no Estado. Suas ações incluem:

Representação Institucional

Solenidade alusiva ao aniversário do Comando Militar do Norte

Representando a Polícia Militar do Pará (PMPA), o Coronel Dilson Júnior participou da solenidade alusiva ao aniversário do Comando Militar do Norte (CMN), realizada em julho do corrente ano. O evento constituiu uma oportunidade estratégica para o fortalecimento das relações institucionais entre a Polícia Militar e o Exército Brasileiro, reforçando a cooperação mútua em diversas áreas de interesse comum.

A parceria entre a PMPA e o Exército Brasileiro tem sido consolidada ao longo do tempo, especialmente em ações voltadas para a melhoria da prestação de serviços por ambas as Instituições. Além disso, no contexto do Sistema de Defesa Nacional, a Polícia Militar é reconhecida como força reserva e auxiliar do Exército, desempenhando um papel estratégico na manutenção da ordem pública e na segurança do Estado.



Fonte: ASCOM, PMPA, 2024.

Condecorações de Medalhas 2024

MEDALHA DE BONS SERVIÇOS



10 ANOS
1.691



20 ANOS
181



30 ANOS
1.071



LÁUREA DO MÉRITO



498
PESSOAL



60
OPERACIONAL



40
EXCEPCIONAL

MÉRITO TIRADENTES



PERS. CIVIS
53

PERS. MILITARES
597

MEDALHA FERREIRA COELHO



07

MÉRITO CEL FONTOURA GRAU COMENDADOR



MILITARES

17

CIVIS

07

MÉRITO CEL FONTOURA GRAU CAVALEIRO



MILITARES

208

CIVIS

56

DISTINTIVO DE COMANDO ESTRELA



24
DOURADA



03
PRATEADA

Condecoração de Autoridades

Em dezembro, ocorreu a cerimônia de entrega da medalha do Mérito Policial Militar Coronel Fontoura - Grau Cavaleiro a Personalidades Militares e Civis. O evento teve a presença do Coronel Dilson Júnior, Comandante-Geral da PMPA, e do Coronel Ariel, Chefe do Estado-Maior Geral, além de líderes dos principais comandos da capital do estado, que prestigiaram a entrega das medalhas ao Exm°. Sr. General de Exército Comandante Militar do Norte, ao Exm°. Sr. Vice-Almirante Comandante do 4° Distrito

Naval, ao Exm°. Sr. General de Divisão Comandante da 8° Região Militar, e ao Exm°. Sr. Comandante do I COMAR, representado pelo Coronel Aviador Cláudio Luiz.

Também foram agraciadas com medalhas as magistradas do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, a Exmª. Juíza da 2ª Vara da Infância e Juventude da Comarca de Belém e a Exmª. Juíza da 9ª Vara do Juizado Especial Cível do foro da Comarca de Belém.



Fonte: ASCOM, PMPA, 2024.



Fonte: ASCOM, PMPA, 2024.



Investimentos na Capacitação e Estruturação da Corporação

Em alinhamento com a política institucional de valorização profissional e fortalecimento da relação com o efetivo, o Comandante-Geral da Polícia Militar realizou visitas estratégicas a diversas unidades, cujo objetivo visa a implementação de melhorias estruturais na Corporação, promovendo um ambiente mais moderno e funcional.

Com destaque para a visita do 11º e o 33º Batalhões de Polícia Militar. Essas unidades passaram recentemente por um processo de revitalização estrutural, tornando essencial a avaliação in loco dos impactos dessa modernização na rotina operacional e na qualidade dos serviços prestados à sociedade, consolidando uma imagem positiva da PMPA e fortalecendo a confiança da comunidade.

Durante as visitas, o Comandante-Geral também manteve contato direto com

os alunos dos Cursos de Aperfeiçoamento de Sargentos (CAS) e de Adaptação à Graduação de Sargentos (CGS), reforçando o compromisso da gestão com a capacitação contínua e a ascensão profissional da tropa.



Fonte: Arquivo pessoal, 2024.

Incentivo à Colaboração Social

Arraiá do QCG

O Arraiá do QCG é um evento tradicional organizado pelo Gabinete do Comandante-Geral da Polícia Militar do Pará, com o objetivo de promover a confraternização entre os policiais militares do Quartel do Comando Geral (QCG) e de outras unidades da Corporação, além de fortalecer os laços fa-

miliares dos militares. Na 3ª edição do Arraiá, o Comandante-Geral, Coronel Dilson Júnior, atuou como anfitrião da festa, conduzindo uma celebração que visa o conagraçamento entre os policiais e seus familiares, proporcionando um ambiente de integração e alegria para todos os participantes.



Fonte: ASCOM, PMPA, 2024.



Fonte: ASCOM, PMPA, 2024.

Natal do QCG

O evento de Natal realizado no Comando Geral da Polícia Militar do Pará tem como objetivo promover momentos de diversão e alegria aos filhos dos policiais militares, proporcionando uma celebração especial para as crianças. Coordenado pelo Gabinete do Comandante-Geral, essa ação visa, principalmente, alegrar o Natal de diversas famílias, reforçando o compromisso da Corporação com a integração social e o bem-estar dos seus membros e suas famílias.



Fonte: ASCOM, PMPA, 2024.



Fonte: ASCOM, PMPA.

REUNIÃO DE APRESENTAÇÃO



APRESENTAÇÃO DO ANUÁRIO





AJUDÂNCIA-GERAL

A Ajudância-Geral (AJG) da Polícia Militar do Pará é o órgão responsável pelo apoio ao Comando Geral e pela coordenação dos serviços gerais da Corporação. Suas funções incluem a secretaria e apoio administrativo ao Comando Geral, a coordenação dos serviços gerais e a segurança do

Quartel do Comando Geral. Subordinados à AJG, encontram-se o Batalhão de Comando e Serviços do Comando Geral, o Fiscal Administrativo, o Protocolo do Comando Geral e a Banda de Música e a Banda Sinfônica.



Fonte: AJG, PMPA, 2024.

Batalhão de Comando e Serviços do Comando Geral

Instituído em 05 de novembro de 1965, ainda atuando como Companhia de Comando e Serviço do Comando Geral, com a função de executar os serviços internos ao complexo do QCG, conforme o Decreto nº. 1.625, de 18 de outubro de 2016 que regulamenta a Lei Complementar nº. 53, de 7 de fevereiro de 2006, alterada pela Lei Complementar n.º 93, de 15 de janeiro de 2014, que dispõe sobre a organização básica da Polícia Militar do Pará. Com a promulgação da Lei Complementar n.º 153, de 1º de julho de 2022, a unidade foi elevada à condição de Batalhão.



Fonte: ASCOM, PMPA, 2024.



Fiscal Administrativo do Comando Geral

É um órgão de apoio subordinado administrativamente e operacionalmente à Ajudância-Geral da PMPA. Suas atividades laborais estão em monitorar regularmente o estado de conservação das instalações do Complexo Administrativo do Comando Geral, bem como onde for necessário, toman-

do medidas preventivas e corretivas para evitar a deterioração dos bens e garantir a manutenção contínua dos espaços em comum, a fim de proporcionar bem-estar aos policiais militares, familiares, servidores civis e demais público.

Protocolo do Comando Geral

É um órgão de apoio subordinado administrativamente à Ajudância-Geral da PMPA, que atua desempenhando ativida-

des administrativas, exerce função primordial no controle de documentos endereçados aos órgãos da Polícia Militar do Pará.

Banda de Música e Sinfônica

A Banda de Música e Sinfônica da Polícia Militar do Pará, criada em 29 de dezembro de 1853, com sua formação inicial de 17 integrantes, onde foram enviados através do Governo Imperial para conter o movimento de revolta no Estado.

Realiza participações marcantes no cenário cultural do Estado, como no tradicional Círio de Nazaré, desfiles militares, eventos socioculturais em geral, festas civis, religiosas, feiras culturais e escolares. Também, atua no interior do Estado através dos Núcleos de Banda localizados nos municípios de Marabá, Tucuruí e Santarém.

Na área social a Banda de Música da PMPA participa de clubes musicais que são realizados nas escolas públicas Laércio Wilson Barbalho, Brigadeiro Fontenelle e Padre Pietro Gerosa, proporcionando aos alunos uma estreita relação com a arte musical.

Na prática, ao corpo discente do 6º ano é atribuída a musicalização, sendo ensinado a teoria básica utilizando como ins-

trumento a flauta doce. Já para o 7º ano é repassado o ensino coletivo de banda de música proporcionando aos alunos iniciarem o aprendizado de vários instrumentos musicais a fim de descobrir a aptidão do discente com o instrumento.



Fonte: AJG, PMPA, 2024.





CONSULTORIA JURÍDICA

A Consultoria Jurídica surgiu na Instituição inicialmente como Comissão de Justiça (COJ) vinculada à 1ª Seção do Estado-Maior Geral (EMG), nomeada por meio do Aditamento ao Boletim Geral nº. 116, de 22 de junho de 1977, composta por Oficiais universitários de advocacia e advogados sob a presidência do então MAJ QOPM Roberto Pessoa Campos. A comissão tinha como finalidade discutir soluções de Sindicância, Inquéritos Policiais Militares, Conselhos de Justificação, Conselhos de Disciplina e outros assuntos que continham matérias judiciais, processuais e congêneres.

Em 2006, com o advento da Lei Complementar nº. 053 - Lei de Organização Básica da Polícia Militar do Pará, passou então a ser Consultoria Jurídica (CONJUR), Órgão de assessoramento jurídico da Corporação, diretamente subordinada ao Comandante-Geral, constituída por um

Consultor-Chefe e quatro consultores, sendo necessário, para as duas funções, o título de bacharel em direito. Atualmente, por meio de pareceres, memorandos e atos administrativos de cunho jurídico, os consultores contribuem para a efetividade da prestação de serviço da Corporação, tendo por fundamentos a legalidade e a promoção da dignidade humana no processo decisório.

No ano de 2024, a CONJUR passou a desempenhar suas atividades em um novo ambiente, dentro do Quartel do Comando Geral, com mais conforto e melhores condições de trabalho o que impactou, positivamente, na produtividade.

Internamente, com o objetivo de otimizar a análise e emissão de Pareceres Jurídicos dada a diversidade de processos, a CONJUR é dividida em quatro pastas, denominadas jurídicos I, II III e IV.

Jurídico I

Esta pasta é responsável pela análise e acompanhamento de licitações, contratos, convênios e acordos de cooperação técnica, desempenhando um papel essencial na garantia de observância à economicidade e eficiência pela Instituição. Por meio do suporte jurídico detalhado, o setor fornece subsídios à tomada de decisão do Comandante-Geral, assegurando que todas as ações nos procedimentos licitatórios estejam em conformidade com a legislação vigente. Além disso, contribui para a realização de acordos vantajosos e sustentáveis, maximizando os recursos disponíveis.

Destaca-se, como exemplo, o Parecer nº. 120 que versou sobre o Contrato Administrativo nº. 046/2023-CCC/PMPA,

celebrado entre a PMPA e a Empresa de Aluguel de Veículos, originado do Pregão Eletrônico SRP N°. 16/2023 DL/PMPA. Este contrato, que tem como objeto a prestação contínua de serviços de locação de veículos para atender às demandas operacionais da PMPA, representa uma das maiores contratações da Instituição. A análise e a orientação especializada do Jurídico I foram fundamentais para assegurar que todos os aspectos legais e técnicos fossem devidamente considerados e a PMPA obtivesse uma frota renovada, com tecnologia avançada, o que não só melhora o atendimento à população, mas também promove o bem-estar dos policiais durante as missões.

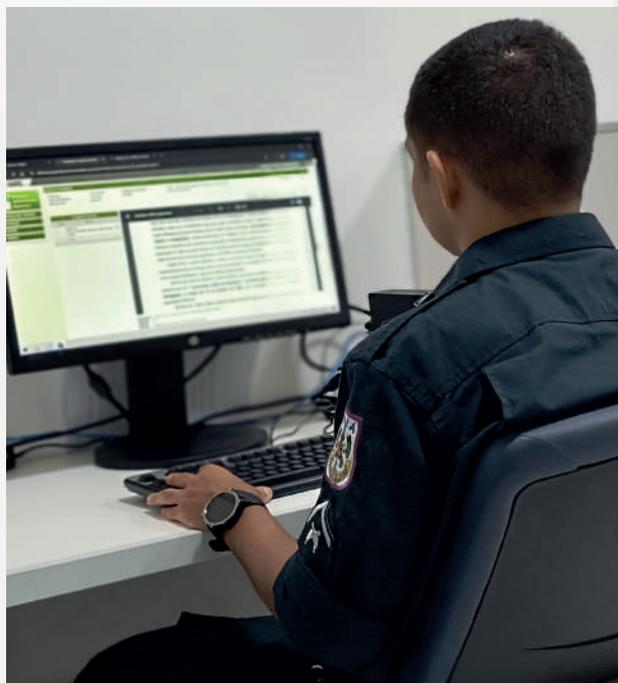
Jurídico II

Especificamente, esta pasta analisa os processos referentes à promoção dos militares, a exemplo, ressarcimento de preterição, promoção *post mortem* de promoção e seus reflexos, bem como o preenchimento dos requisitos necessários para a concessão da medalha Sotero de Menezes, a qual visa condecorar policiais militares que realizaram feitos heroicos de comprovada coragem, bravura e intrepidez, com o risco da própria vida. Conforme dispõem Decreto Estadual nº. 213, de 11 de junho de 1991.

Reiteradamente, a CONJUR analisa pedidos de promoção em ressarcimento de preterição, tal promoção pode ocorrer quando o policial militar for absolvido em Conselho de Disciplina ou Conselho de Justificação; quando tiver solução favorável a recurso interposto; quando tiver sido prejudicado por comprovado erro administrativo ou quando cessar a sua situação de desaparecido ou extraviado.

Durante o ano, também foram apreciados os pedidos de Promoções *Post Mortem*, sendo esta promoção destinada a expressar o reconhecimento do policial militar que falecer no cumprimento do dever ou consequência dele.

Ressaltamos que o Decreto Estadual nº. 674, de 8 de maio de 2020, reconheceu o falecimento, em virtude da COVID-19, contraída por servidor público civil ou militar estadual no exercício de suas atribuições, como acidente de serviço. Desse modo, houve aumento na demanda em razão do falecimento de policiais militares em decorrência de Covid-19.



Fonte: VC Jade, PM/8, EMG, PMPA, 2024.

Jurídico III

Esta pasta tem o propósito de analisar e comunicar atos processuais e judiciais advindos da Procuradoria-Geral do Estado, Ministério Público, Defensoria Pública e do Poder Judiciário, objetivando o efetivo cumprimento das decisões judiciais em âmbito interno e em conformidade com a Legislação em vigor.

O setor leva em consideração os exíguos prazos estabelecidos pela autoridade que os fixou, para fornecer as informações solicitadas ou mesmo dar cumprimento às decisões judiciais, as quais, por vezes podem ser de 24h, 48h etc.



Portanto, exigem celeridade por parte da Instituição em estabelecer os trâmites necessários para a execução das ordens, sob pena de responsabilização civil e criminal, deduz-se portanto, ser uma pasta de alta rotatividade de documentos importantes que necessitam de total comprometimento e organização para os encaminhamentos necessários prezando para que não haja nenhuma obstrução que cause embaraço entre a Instituição e os órgãos externos judiciais.



Fonte: VC Jade, PM/8, EMG, PMPA, 2024.

Jurídico IV

O Jurídico IV é responsável pela análise das demandas administrativas internas diversas, geralmente, trata-se de controvérsias jurídicas originadas de requerimentos de militares e/ou necessidade de interpretação da legislação castrense, face às mais diversas circunstâncias enfrentadas pela Instituição.

Em 2024, distingue-se o Parecer nº. 004/2024 que versa sobre a possibilidade de redução de carga horária de trabalho aos policiais militares que possuem sob sua dependência pessoas com deficiência.

Tal demanda passou pela análise da Consultoria e, sob orientação da Procuradoria-Geral do Estado, foi confeccionada a peça processual supramencionada que concluiu pela possibilidade da redução, desde que atendidos os requisitos constantes na Lei Estadual nº. 5.810, de 24 de janeiro de 1994 – Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Cíveis da Administração Direta, das Autarquias e das Fundações Públicas do Estado do Pará, em virtude da ausência de previsão nos diplomas legais atinentes aos militares.

Diante disso, o Parecer foi encaminhado ao EMG e servirá de base para as medidas administrativas necessárias à garantia desse direito aos militares.

Em 2024, a Consultoria Jurídica analisou vários processos com diversos conteúdos, de modo a destacar que a missão da CONJUR é essencial para sanar controvérsias jurídicas dentro da Instituição, uma vez que estabelece as diretrizes necessárias de entendimento sobre o tema a fim de que sejam mitigadas as dificuldades de aplicabilidade das normas à rotina administrativa dos quartéis.

Inclusive, pode-se citar que a análise jurídica, atenta e minuciosa das leis e regulamentos que regem o serviço policial militar, evita que se instalem potenciais problemas jurídicos uma vez que uma das funções precípua da CONJUR é estabelecer uma resolução de demandas administrativas de forma rápida e eficaz, propiciando entendimento entre o interesse particular e o interesse institucional, pautada nos princípios da Administração Pública.



ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Criada por meio da Lei Complementar nº. 053/2006, foi regulamentada pelo Decreto nº. 1.625/2016. É uma unidade componente do Gabinete do Comandante-Geral, que é o órgão de assessoramento direto, permanente e pessoal do mesmo.

O papel da ASCOM junto à sociedade é promover e manter a boa imagem da Corporação por meio de um bom relacionamento com a imprensa e sociedade civil, minimizar o impacto de ocorrências negativas e das mensagens e informações equivocadas, além de divulgar as ações e atividades da PMPA.

É ainda responsável por coordenar as relações da PMPA com os setores, editorias e veículos de comunicação, manter atualizados os meios de comunicação da Corporação na web, e promover a representação do Comandante-Geral junto aos órgãos de imprensa.

De forma holística, também realiza a divulgação das informações sobre as ações e programas das polícias militares, contribuindo para a construção de uma imagem positiva e a transparência das atividades da

instituição que ajuda a aumentar a confiança da população. Para o Comandante-Geral da Corporação a ASCOM é decisiva para a construção de um canal de comunicação eficaz e transparente entre o gestor máximo da corporação e a sociedade, promovendo confiança, segurança e a prestação de contas da instituição.

Suas principais atribuições incluem: gerir a imagem da Corporação; assessorar a Imprensa; promover a comunicação interna; divulgar campanhas de prevenção e conscientização; mitigar crises Institucionais; gerenciar redes sociais; e divulgar eventos.

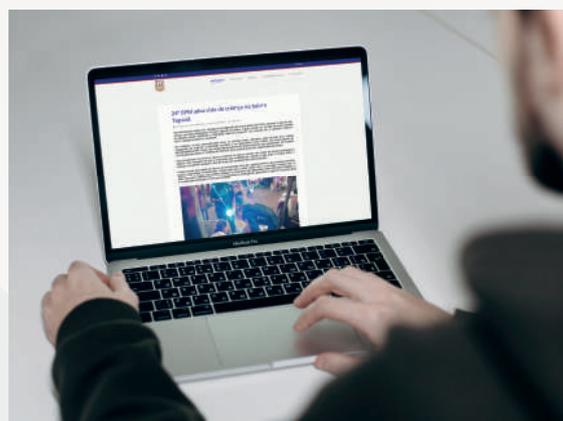


Fonte: ASCOM, PMPA , 2024.

Transparência

A ASCOM atua com mecanismos de transparência, sendo eles: transparência ativa (Refere-se à divulgação proativa de informações sem que haja solicitação por parte do público) e transparência passiva (envolve o fornecimento de informações mediante solicitação).

A transparência é fundamental para garantir a responsabilização e a legitimidade das ações policiais, e a Assessoria de Comunicação atua em várias frentes para assegurar que informações relevantes sejam acessíveis ao público.



Fonte: ASCOM, PMPA , 2024.



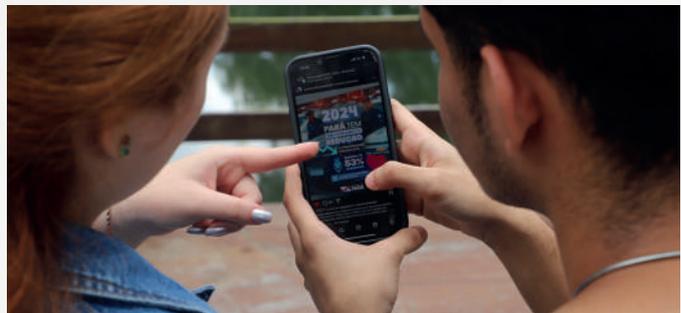


Oportuno, esclarecer que qualquer cidadão pode requisitar dados específicos, e a instituição é obrigada a responder conforme os prazos e normas estabelecidos conforme determina o Art. 7º do Decreto Estadual nº. 1.359, de 31 de agosto de 2015, que regula o acesso à informação previsto na Lei nº. 12.527, de 18 de novembro de 2021 Lei de Acesso à Informação (LAI).

Uma das formas que a Corporação utiliza para a garantia da transparência das suas atividades é a publicidade das ações policiais. Quando as informações sobre operações, apreensões e ações preventivas são compartilhadas com o público, isso permite que os cidadãos acompanhem o trabalho da polícia e avaliem sua eficácia.

Os impactos esperados na mudança de comportamento dos leitores

A publicidade das ações da Corporação impacta a percepção pública sobre segurança. Operações bem-sucedidas divulgadas pela mídia geram sensação de segurança, respeito e admiração. Além disso, a imagem positiva da Polícia Militar tem um efeito pedagógico, influenciando a opinião e o comportamento da comunidade.



Fonte: ASCOM, PMPA, 2024.

Apreensões de arma de fogo e de entorpecentes

Das publicações sobre as apreensões de armas de fogo e de entorpecentes realizadas pela Polícia Militar espera-se um impacto social significativo, influenciando tanto a percepção pública da segurança quanto no comportamento da sociedade em relação à posse e uso de armamentos, aumentando assim a confiança nas forças de segurança.

Outro resultado esperado é o efeito dissuasor sobre potenciais infratores. A visibilidade das operações policiais e a quantidade significativa de armamentos retirados de circulação podem desencorajar atividades criminosas relacionadas ao tráfico e à violên-

cia armada. Essa comunicação serve como um aviso claro de que a polícia está vigilante e pronta para agir contra a criminalidade.

As matérias sobre apreensões desempenham um papel educativo, informando o público sobre os tipos de armas em circulação e suas implicações para a segurança pública. Além disso, essas publicações podem incentivar discussões sobre políticas públicas relacionadas ao controle de armas e à prevenção da violência, promovendo uma cultura mais crítica e informada em relação ao uso de armamentos.

Captura e prisão de foragidos da Justiça Penal

As publicações relacionadas a essas operações não apenas informam a sociedade, mas também têm impactos sociais significativos. Dentre eles, a promoção da transparência das ações da polícia ao di-

vulgar informações sobre os balanços das operações policiais que alcançam o sucesso, como as que resultaram em prisões de pessoas procuradas pela justiça pelo cometimento de crimes.



Operações e ações preventivas

As ações e as operações preventivas realizadas pela Polícia Militar e divulgadas nos meios de comunicação, alcançam de forma significativa a confiança da comunidade, possibilitando a ampliação sobre a percepção pública sobre a segurança, a eficácia das políticas de combate ao crime e o comportamento da sociedade em relação à colaboração com as forças de segurança.

Quando os cidadãos veem que suas preocupações estão sendo ouvidas e que a polícia está atuando proativamente para prevenir crimes, o cidadão tende a se sentir mais motivados a colaborar com as au-

toridades, em um processo de construção de um relacionamento de confiança mútua, essencial para o sucesso das iniciativas de policiamento comunitário.



Fonte: ASCOM, PMPA, 2024.

Investimentos do Governo do Estado na Polícia Militar

A publicação de notícias sobre os aportes financeiros em investimentos realizados pelo Governo do Estado na Polícia Militar influencia significativamente a percepção pública, a confiança nas instituições e a eficácia das políticas de segurança, promovendo a transparência e a prestação de contas por parte do governo.

Essas matérias prestam informações de onde os recursos públicos estão sendo utilizados, tais como: compra de equipamentos, formação de novos policiais, implementação de tecnologias e a construção de novas Unidades. A comunicação clara sobre esses investimentos ajuda também a construir uma narrativa positiva em torno da instituição, essencial para sua aceitação social.

Salvamentos realizados

A realização de jornalismo sobre vidas salvas por meio de ações em eventos emergenciais que vão além das competências exigidas por lei, promovendo o aumento da confiança, admiração, respeito nas forças policiais e influenciam nos comportamentos positivos das pessoas no meio social. Exemplos desse jornalismo são as matérias sobre salvamentos de crianças em situação de engasgo, que não apenas mostra a confiança do cidadão ao pedir ajuda ao policial, mas também humanizam os agentes, apresentando-os como heróis fardados.



Fonte: ASCOM, PMPA, 2024.



ESTADO-MAIOR GERAL

O Estado-Maior Geral da PMPA, atualmente chefiado pelo Coronel Ariel Dourado Sampaio Martins de Barros, auxilia diretamente o Comandante-Geral da Corporação no que concerne ao planejamento estratégico das políticas operacional e administrativa da PMPA, emanando ordens e diretrizes, por meio das oito seções que o integram, para proporcionar à tropa as ferramentas necessárias à fiel execução das ordens oriundas do Gestor institucional.

Decorrente disso, procedimentos operacionais e administrativos (POPs e PAPs) vêm sendo normatizados pelo EMG, a fim de elevar o padrão de atuação da PMPA. Ademais, a aferição da qualidade dos serviços prestados à sociedade, bem como a construção e tratamento da identidade visual da Corporação, são atividades abrangidas pelo Estado-Maior Geral, que também procede à análise e alteração legislativa, produções científicas (Anuário e Revista), entre outros produtos.

Como ponto forte no ano de 2024, o EMG priorizou a valorização do efetivo, com a realização de eventos que abordaram desde a entrega de medalhas aos policiais até a o cuidado com a saúde mental. O diálogo continuado foi a ferramenta preponderante nesse processo, buscando identificar vulnerabilidades da tropa e construir medidas mitigadoras, visando o bem estar dos policiais, para que pudessem exercer as atividades com excelência.



Fonte: ASCOM, PMPA, 2024.

Subchefia

Tem a responsabilidade de assessorar diretamente o Chefe do Estado-Maior Geral, bem como monitorar e controlar a Secretaria e as Seções do Estado-Maior Geral difundindo para as Seções do Estado-Maior Geral, demandas e atividades as

quais possam servir de subsídios para a operacionalização das atividades do Estado-Maior Geral visando a efetividade e eficiência no âmbito estratégico no direcionamento na missão da Polícia militar em seu assessoramento e coordenação.

Secretaria

A Secretaria do Estado-Maior Geral tem como responsabilidade auxiliar o Chefe do EMG no gerenciamento da agenda de compromissos, incluindo eventos e reuniões que demandem a presença do mesmo.

Eventos EMG

Em diversas ocasiões, o Chefe do EMG representa e assessora o Exmo. Sr. Comandante-Geral da PMPA, além de organizar eventos internos e externos. De janeiro a dezembro de 2024, 403 eventos demandaram a atuação direta do Chefe do EMG, seja como organizador, seja como presidente ou participante em reuniões, debates, comissões, formaturas e solenidades.

Legalmente, o Chefe do Estado-Maior Geral da PMPA exerce a função de assessoramento direto do Gestor da Corporação, coordenando atividades e direcionando produções, como a elaboração do planejamento estratégico da Instituição, a formulação da doutrina de preparo e emprego da tropa, estabelecer ordens, instruções, diretrizes, entre outros. Em 2024 foi abrangente o alcance de produtividade, nesse sentido.

A realização de Paradões matinais com a tropa do Quartel do Comando Geral é um exemplo de eventos pontuais e importantes para a atividade desenvolvida pelo Chefe do EMG, considerando que permite dialogar com a tropa e identificar vulnerabi-

lidades e pontos fortes. Ademais, as reuniões constantes com os chefes de seção do EMG proporcionam a avaliação continuada dos resultados aferidos por cada seção, o que resulta na viabilização de alteração ou manutenção do planejamento institucional, a fim de alcançar os objetivos da PMPA.



Fonte: ASCOM, PMPA, 2024.

Produtividade, valorização e reconhecimento

Como desdobramento das atividades do EMG, em 2024 ocorreram significativas transformações para o Estado-Maior Geral da PMPA, onde a padronização do fluxo de processos proporcionou a integra-

ção, ágil e organizada, de diferentes setores da Instituição, proporcionando que as diferentes seções que compõem o EMG participassem efetivamente do planejamento estratégico.



Fonte: ASCOM, PMPA, 2024.

No que concerne à produtividade da Secretaria, de janeiro a dezembro de 2024, foram recebidos 2.428 protocolos administrativos eletrônicos (PAE), contendo demandas diversas para apreciação do Chefe do EMG. Em decorrência da viabilização de resposta às solicitações, foram cadastrados outros 2.389 PAEs. Disso decorre que um total de 3.616 processos foram efetivamente tramitados no âmbito da PMPA, destacando-se os processos de movimentação (transferência) de praças.

A valorização e o reconhecimento dos policiais militares que compõem o Estado-Maior Geral foi outro ponto de destaque, elevando-se o número de ações voltadas para o público interno.

A Secretaria, nesse viés, organiza reuniões e eventos voltados para a descontração, aproximação e valorização do efetivo, a exemplo do Dia da Mulher, dos Pais, reuniões pontuais com todo o efetivo, comemorações, entre outros. Soma-se a isso a oportunidade ao efetivo de capacitação e a participação em operações que geram o pagamento de diárias, cabendo à Secretaria diligenciar os trâmites formais para viabilizar essas questões.

Somado a isso, a participação do Chefe do Estado-Maior Geral em eventos externos à Corporação, seja representando o Comandante-Geral ou como autoridade convidada, permite a construção de laços com outros órgãos, como os Poderes Judiciário e Legislativo e o Conselho Tutelar, que integram a rede de proteção social no Estado do Pará, de forma que a aproximação e diálogo entre eles resulta na ampliação de políticas voltadas à sociedade paraense.

Solenidades alusivas a datas como Dia das Mães, Dia da Mulher, formaturas de cursos de formação continuada também preencheram as atividades da Secretaria do EMG em 2024.

Isso consubstancia o processo de valorização dos públicos interno e externo, à medida em que permite abordar temas sensíveis, como o enfrentamento à vitimização de mulheres e a saúde mental dos policiais, e propor medidas mitigadoras. Ademais, a produção de protocolos padronizados de ação policial, do que resultam os manuais atualmente adotados na PMPA, refletem a busca constante por excelência na prestação do serviço policial.



A valorização profissional tem sido um dos objetivos mais proeminentes para a Polícia Militar do Pará, seguindo a estratégia de enaltecer o maior patrimônio institucional, que é o efetivo. O EMG, nesse sentido, realizou eventos voltados ao cuidado físico e psicológico da tropa, como o Agosto Lilás e o Setembro Amarelo, que abordaram a prevenção da violência doméstica a saúde mental, respectivamente.

Diariamente, o efetivo da PMPA lida com a resolução de conflitos, simples e complexos, que demandam a adoção de medidas assertivas para oferecer uma resposta rápida e eficaz à sociedade. Nesse cenário, é essencial que o policial militar esteja bem física e emocionalmente, o que demanda a abordagem dos assuntos mencionados, em um espaço de acolhimento e escuta que proporcione segurança aos agentes. Outro fator que corrobora com a efetividade disso, é o reconhecimento dos serviços da tropa. Em 2024, o EMG realizou solenidades onde houve a entrega de medalhas e certificados ao efetivo, a fim de reconhecer a importância do papel de cada um para a o êxito da missão institucional.



Fonte: ASCOM, PMPA, 2024.



Fonte: ASCOM, PMPA, 2024.



PM1

Responsável por desenvolver a política de gestão de pessoas da Corporação, incluindo a saúde biopsicossocial, propostas referentes ao efetivo e de alteração da legislação interna.

Em 2024 importantes alterações foram realizadas no que tange ao efetivo da Corporação, incluindo estudo referente à reorganização dos quadros funcionais, Legislações de ensino e afetos à saúde biopsicossocial.

Efetivo

Em 2024, a Subseção responsável pela gestão de pessoal, o que engloba a coleta e gerenciamento de dados sobre a situação do efetivo, desenvolveu estudo, por meio de Comissão, para atualização e redimensionamento da Resolução nº. 004, de 14 de abril de 2014, que normatiza e define o Quadro Organizacional dos órgãos no âmbito da PMPA.

O estudo é fundamental, pois a Lei Complementar nº. 53, de 7 de fevereiro de 2006 e suas alterações, criou e extinguiu órgãos da estrutura da PMPA, além de ter fixado o efetivo da Instituição em 32.500 policiais militares, implicando na necessidade de readequação distributiva dos militares nas unidades da Corporação.



Fonte: ASCOM, PMPA, 2024.

Pesquisa Perfil das Instituições de Segurança Pública (PISP)

Ainda em 2024, a subseção de Pessoal realizou a pesquisa “Perfil das Instituições de Segurança Pública (PISP)”, que é proposta anualmente, desde 2004, pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública, por intermédio da Secretaria Nacional de Segurança Pública. O objetivo foi reunir informa-

ções, em todas as Unidades da Federação, sobre a estrutura organizacional e funcionamento dos órgãos de segurança pública do país, incluindo as Polícias Militar e Civil, Corpos de Bombeiros Militares e Institutos Oficiais de Perícia.

Subseção da Saúde Biopsicossocial

No âmbito do cuidado e valorização biopsicossocial, a subseção de Saúde e Biopsicossocial iniciou a regulamentação da Telessaúde, com o objetivo de ampliar os atendimentos de saúde com qualidade e segurança, através da modalidade remota, oferecendo o serviço em todo o Estado.

Considerando as dimensões territoriais do Pará, a Telessaúde é um importante recurso para a promoção da saúde e prevenção de doenças, além de representar uma

economia para o Estado com o tratamento de policiais militares sem a necessidade de deslocamento dos recursos humanos.

Para assegurar o funcionamento da Telessaúde, implementou-se o prontuário eletrônico para armazenar e compartilhar dados de saúde na PMPA, a fim de promover o registro das informações de saúde do paciente, incluindo dados clínicos, exames, prescrições, evolução do tratamento, entre outros, por profissionais de saúde da Corporação.

Legislação

Em 2024, a Subseção de Legislação elaborou duas importantes normas para a Corporação: a Lei do Temporário e a Lei de Ensino que visa instituir o Sistema de Ensino da Polícia Militar do Pará, em conformidade com a missão constitucional da Corporação e nos termos da Lei Complementar nº. 053/2006, (atualizada até a Lei Complementar nº. 165, de 28 de abril de 2023), promovendo as ações formativas voltadas para conhecimento técnico-profissional, a promoção dos direitos humanos e o exercício da cidadania.

A Lei do Temporário dispõe sobre os Militares Temporários do Estado do Pará, destina-se a complementar os quadros de carreira de oficiais e praças previstos nas leis de organização básica e de fixação de efetivo das corporações.

Na Polícia Militar e no Corpo de Bombeiros Militar, os militares temporários exercerão suas atividades como oficiais nos quadros de saúde, complementar, capelão e praças especialistas, que por sua vez se dividirão em categorias específicas, de acordo com as áreas de interesse das Corporações.

Estudo e adequação

Importante ressaltar a Portaria nº. 008/2024-EMG, de 9 de setembro de 2024, que nomeou comissão para apresentar estudos e proposta de alteração legislativa em face da publicação da Lei Federal nº. 14.751, de 12 de dezembro de 2023, Lei Orgânica Nacional das Policiais Militares e dos Corpos de Bombeiros Militares, dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios.

A Subseção de Legislação está promovendo o estudo que visa adequar a legislação castrense estadual à lei nacional, que

estabeleceu as normas gerais para organizar e padronizar o funcionamento das corporações, além de ter definido garantias, deveres e vedações para os policiais militares.

A Portaria nº. 007/2024-EMG, de 09 de setembro de 2024, nomeou comissão com a finalidade de realizar pesquisa ampla e minuciosa das normas que são inerentes a PMPA. O estudo objetiva atualizar o *Vade Mecum* da Corporação, para que o policial militar e a sociedade tenham uma coletânea de leis atualizadas para consulta.



PM2

Responsável pela Política e Planejamento da Gestão do Conhecimento no âmbito da Corporação, a PM2/EMG, através das subseções de Análise Estratégica e de Segurança Orgânica, viabiliza o estudo, pesquisa, planejamento, controle, além do acompanhamento, proposição e a avaliação das estratégias da política da produção de conhecimento na PMPA, assessorando o Chefe do Estado-Maior Geral em questões pertinentes a essas competências.

Uma das atribuições relevantes da Seção é o Processo de Elaboração e Publicação do Boletim Reservado e do Boletim Reservado Superior (BGR e BGRS, respectivamente) da PMPA, documentos que contêm informações referentes aos oficiais da Corporação, desde os subalternos até os superiores, classificados conforme o princípio da hierarquia. Os dados coletados são reservados e disponibilizados, com acesso restrito, por meio de boletins inseridos no site oficial da Polícia Militar.

A PM2/EMG, por meio da Subseção de Segurança Orgânica, publica Portarias da Corregedoria, Atas da Comissão de Promoção de Oficiais (CPO) e documentos reservados do Centro de Inteligência, observando princípios de segurança referentes as pessoas e a PMPA.

Do mesmo modo, a Seção auxiliou na confecção da 4ª Edição do Anuário da PMPA, referente ao ano de 2023, documento que representa uma prestação de contas à sociedade e envolve o gerenciamento, análise, elaboração e produção de dados, que são remetidos pelas unidades da PM e se referem às operações, redução da criminalidade e cursos realizados, conforme a competência de cada setor. Como ocorreu com a Revista Científica, a montagem de Infográficos e Ilustrações, elaboração e designer (diagramação) da capa e *layout* do Anuário (miolo) são atribuições da PM2.

Para fortalecer as atividades, em abril de 2024 a PM2/EMG realizou a “I Capacitação em Fotografia Institucional”, no auditório do QCG, localizado no bairro Parque Guajará, em Belém. A formação contou com 40 participantes, entre policiais militares e voluntários civis das Unidades Policiais Militares da Região Metropolitana de Belém, da Coordenadoria Militar do Tribunal de Justiça do Pará e do Ministério Público. O objetivo foi proporcionar conhecimentos e habilidades para o manuseio de equipamentos de fotografia e a produção de imagens, identificando as regras e princípios específicos da fotografia institucional.



Fonte: ASCOM, PMPA, 2024.



PM3

Com a atribuição de coordenar o estudo, pesquisa, planejamento, controle, acompanhamento, proposição e avaliação das estratégias de preservação da ordem pública, bem como da doutrina, instrução,

ensino e operações no âmbito da PMPA, a PM3 gerenciou a apresentação de inúmeros manuais, voltados à padronização da atividade policial.



Fonte: PM/3, EMG, PMPA, 2024.

Além disso, realizou diversos estudos, como os relativos à criação de novas Unidades Militares, a ampliação das áreas de atuação e a proposta de adequações nas escalas de serviço operacional, visando otimizar o policiamento em diferentes localidades do Estado.

Foi dada ênfase, também, à produção e disseminação de conhecimento técnico-científico, voltada para a melhoria contínua das práticas policiais. Em decorrência disso, foram analisado e emitidos pareceres sobre manuais, diretrizes e doutrinas que integram o rol de iniciativas da Corporação em padronizar a atuação policial em todo o Estado. Disso resultou um trabalho minucioso de revisão e atualização das metodologias empregadas nas ações preventi-

vas e repressivas, proporcionando à Polícia Militar uma maior eficiência e eficácia na preservação da ordem pública.



Fonte: PM/3, EMG, PMPA, 2024.



Manual de Ações Policiais Militares em Ambiente Escolar

Entre as publicações de destaque produzidas em 2024 pela PM3, destaca-se o “Manual de Ações Policiais Militares em Ambiente Escolar”, que aborda as diretrizes para a atuação em instituições de ensino. O documento foi publicado no Aditamento ao BG N°. 074 II, de 17 ABR 2024 e traz direcionamento para os agentes sobre como proceder em caso de conflito no ambiente escolar.



Fonte: PM/3, EMG, PMPA, 2024.

Manual de Redação da PMPA

Outro trabalho relevante foi a publicação, no Aditamento ao BG N°. 147 II, de 07 AGO 2024, da 2ª edição do “Manual de Redação da PMPA”, uma obra fundamental para padronizar a comunicação escrita dentro da Corporação. Além disso, publicou-se, no Aditamento ao BG N°. 151 II, de 13 AGO 2024) o manual intitulado “Normas para Elaboração de Manuais da PMPA”, que esta-

belece diretrizes para a criação de manuais essenciais ao funcionamento institucional.

Essas produções são fundamentais para o aprimoramento contínuo dos profissionais e das práticas policiais no Estado, contribuindo diretamente para a formação e capacitação dos membros da Instituição, além de promover a padronização e a excelência das operações em todos os níveis.



Fonte: ASCOM, PMPA, 2024.



PM4

As atividades desenvolvidas pela PM4, que é responsável pela Política de Planejamento de Logística na Corporação, em 2024 se destacam alterações no Regulamento de Uniformes da Polícia Militar do

Pará (RUPM), elaboração de Plano Anual de Contratações Interno e Planejamento de Contratações de Bens e Serviços Comuns, além de estudos técnicos.

Regulamento de Uniformes da Polícia Militar do Pará (RUPM)

No ano de 2024 foram publicadas sete resoluções normativas, promovendo um total de 53 alterações no Regulamento de Uniformes da Polícia Militar do Pará (RUPM), com destaque para a mudança nos uniformes do Comandante-Geral, com a adição de insígnias de gola e punho nos unifor-

mes de gala (1º A e 1º B) e no uniforme de cerimônia azul-petróleo (2º A). As mudanças visaram aprimorar a estética e a formalidade das vestimentas em grandes eventos, reforçando a distinção hierárquica e o simbolismo institucional nas cerimônias oficiais.

DISTINTIVO DE GOLA



DISTINTIVO DE MANGA



Outra mudança importante, pensando no bem-estar do efetivo, foi a inclusão de velcro nas calças dos uniformes de instrução e serviço, permitindo um ajuste rápido e personalizado e proporcionando maior conforto ao facilitar a circulação sanguínea, o que evita inchaços e desconforto durante longas jornadas de serviço.

Fonte: PM/4, EMG, PMPA, 2024.

Por fim, foi regulamentada a autorização para o uso de penteados como rabo de cavalo ou trança por policiais femininas durante o expediente administrativo, visando promover o bem-estar das servidoras e prevenir problemas como alopecia e enxaquecas, causados pelo uso prolongado de coque. Essa flexibilização, no entanto, não se aplica aos momentos de deslocamento fardado ou policiamento, quando o coque continua sendo obrigatório.



Rabo de cavalo simples

Rabo de cavalo com trança simples

Rabo de cavalo grego

Fonte: PM/4, EMG, PMPA, 2024.

Reunião com as credenciadas

Em 2024, a PM4 reuniu representantes das empresas responsáveis pela confecção, distribuição e comercialização de uniformes, distintivos e equipamentos exclusivos da Polícia Militar do Pará, para alinhar diretrizes e esclarecer dúvidas sobre as recentes mudanças aprovadas no RUPM, visando manter a padronização dos uniformes.



Fonte: PM/4, EMG, PMPA.

Plano anual de contratações interno e planejamento de contratações de bens e serviços comuns

A 4ª Seção do EMG elaborou, ainda, o Plano Anual de Contratações Interno (PCA) e o Planejamento de Contratações de Bens e serviços comuns para o ano de 2025, conforme as exigências trazidas pela nova Lei de Licitações e Contratos

(Lei nº. 14.133/2021) e do Decreto estadual nº. 2.227/2022, a fim de balizar o próximo exercício financeiro no que concerne às necessidades estratégicas e operacionais da Instituição.



O objetivo é otimizar recursos e garantir a eficiência na gestão de investimentos, apoiando o cumprimento das metas do planejamento estratégico da PMPA. O

documento aborda demandas imediatas e prevê cenários futuros, assegurando uma gestão eficaz dos recursos e uma resposta ágil às necessidades operacionais.

Planejamento Estratégico de Aquisição de Produtos Controlados pelo Exército

A PM4 é responsável por elaborar o mapa de material bélico institucional, enviado semestralmente ao comando militar do Norte, sendo uma ferramenta essencial para o plano de contratações de produtos controlados pelo Exército (PCE). Este planejamento estratégico, com vigência de 2024 a 2028, visa organizar e controlar a aquisição

de materiais bélicos regulamentados, como armas, munições e explosivos. O objetivo é melhorar a eficácia nos resultados planejados e a eficiência na escolha dos recursos necessários para proteger e servir à sociedade, garantindo que a corporação atenda às demandas imediatas e futuras.

Estudos técnicos

Dois estudos técnicos importantes foram realizados em 2024, sendo que o primeiro foi concluído e o segundo ainda está em andamento. O primeiro estudo abordou as algemas, com uma análise dos modelos mais utilizados pelas polícias federal, militar e civil no Brasil, além da polícia dos EUA. O que possibilitou a necessidade de propor a utilização de novas algemas para a PMPA, considerando características como capacidade operacional, compatibilidade com o clima do Estado, facilidade de uso e segurança, de acordo com a norma NIJ 0307.01 do INMETRO.

O segundo estudo, que está em andamento, trata da operacionalização de uma transição energética para reduzir as emissões de gases de efeito estufa. Ele visa substituir progressivamente fontes poluentes por alternativas renováveis, como solar e eólica, com o objetivo de mitigar os efeitos das mudanças climáticas. A pesquisa também busca discutir a importância de políticas públicas e incentivos governamentais para acelerar essa transição, além de avaliar os impactos econômicos e garantir a viabilidade ambiental e financeira



Fonte: ASCOM, PMPA, 2024.





PM5

5ª Seção do Estado-Maior Geral da PMPA (PM5) desenvolve a comunicação organizacional da Corporação, o que en-

globa as práticas e estratégias usadas pela PMPA para se comunicar com os públicos interno e externo.



Fonte: ASCOM, PMPA, 2024.

Principais produtos da 5ª Seção

A PM5 analisa, cria e adequa os produtos que ilustram a identidade visual da PMPA, incluindo materiais em mídia, impressos, fachadas, plotagens e brasões, além de orientar e coordenar solenidades, desfiles, palestras, entre outros, evidenciando a importância da Comunicação Organizacional para o fortalecimento da marca institucional, refletindo na confiabilidade e sucesso dos objetivos estratégicos da PMPA.

Entre os produtos entregues pela PM5 houve a confecção de resoluções e a criação de Brasões e Distintivos de cursos no âmbito da PMPA. Entre os Brasões destaca-se o da “LÁUREA DO MÉRITO EXCEPCIONAL”, publicado na Portaria nº. 217 /2024 – GAB. CMDO no BG nº. 181, de 27 de setembro de 2024, destina-se a gratificar ações meritórias praticadas por policiais militares da ativa.

As ações meritórias condizem sobre valorizar e reconhecer os policiais militares que, em situações extremas, demonstram heroísmo e profissionalismo, salvando vi-

das e indo além do cumprimento regular de suas funções.

A atuação na Coordenação das solenidades destaca-se: a Solenidade alusiva ao Patrono das Polícias Militares do Brasil em 21 de abril, o Desfile Cívico-Militar de sete de setembro e o dia da PMPA “Cel. Fontoura” em 25 de setembro.

Láurea do Mérito Excepcional



Fonte: PM/5, EMG, PMPA, 2024.



PM6

Responsável pelo planejamento e o orçamento no âmbito da PMPA, a PM6 tem desenvolvido processos de modernização e melhorias na gestão. As ações realizadas pela 6ª Seção no ano de 2024 envolveram diversas capacitações, participações em eventos, além das rotinas realizadas diariamente. As participações no Pará 2050 e na elaboração do Projeto de Lei Orçamentária para 2025 reafirmam o compromisso da 6ª Seção com a excelência na administração dos recursos públicos, promovendo uma gestão mais eficiente, transparente e alinhada com as necessidades institucionais.

O planejamento estratégico “Pará 2050” de longo prazo que visa o desenvolvimento sustentável do Estado, com participação dos setores públicos, privado e da sociedade civil. O Estado-Maior Geral da Polícia Militar designou as 4ª e a 6ª Seções do EMG para contribuir na definição da visão de futuro, objetivos estratégicos e diretrizes que guiarão as transformações no Pará. Na elaboração do Projeto de Lei Orçamentária para 2025, a PM6 foi essencial, contribuindo para a formulação de um or-

çamento que assegure o aprimoramento das atividades da Corporação, refletindo no compromisso da PMPA com a gestão eficiente dos recursos, garantindo suporte às ações operacionais, capacitações e modernização institucional.



Fonte: PM/6, PMPA, 2024.

A capacitação é um fator essencial para o bom desempenho institucional. Considerando isso, três militares da PM6 foram habilitados no Curso Básico de Licitação, realizado em Brasília, como o objetivo de prepará-los para futuras especializações na área de orçamento e finanças. Além disso, todo o efetivo da Seção foi treinado para operar a nova plataforma do Sistema de Execução Financeira e Orçamentária do Estado do Pará (SIAFE), no módulo planejamento, disponibilizada pela Secretaria de Estado da Fazenda (SEFA).



Fonte: Vc Jade, PM/8, EMG, PMPA, 2024.



No Plano Plurianual para o período de 2024-2027, os recursos financeiros previstos para a PMPA estão organizados em três programas estratégicos, distribuídos em 16 ações específicas, a fim de operacionalizar as metas físicas e financeiras, garantindo o cumprimento das estratégias planejadas e a execução das atividades necessárias ao desenvolvimento da Corporação. O detalhamento dessas ações permite uma gestão mais transparente, eficaz e alinhada às necessidades institucionais, promovendo o aprimoramento contínuo das atividades da Polícia Militar.

As metas e ações são monitoradas pela PM6 por meio do Sistema Integrado de Planejamento (SIGPLAN), através de rela-

tórios mensais recebidos dos departamentos responsáveis por cada ação, permitindo a avaliação da execução financeira e a possibilidade de ajustá-la quando necessário, garantindo a conformidade com o planejamento orçamentário.

Isso é resultado da responsabilidade da PM6 de assegurar a observância pela PMPA do disposto no Plano Plurianual (PPA), na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e na Lei Orçamentária Anual (LOA), que são instrumentos legais fundamentais para o planejamento orçamentário, pois orientam a alocação de recursos, definem prioridades e garantem a execução eficiente das políticas públicas.

Lei Orçamentária Anual - 2024

A lei Orçamentária Anual (LOA) divide o orçamento destinado à Polícia Militar nas fontes de recursos e ações. Somando as quatro fontes de recursos, o orçamento inicial totalizou R\$ 1.942.474.131,00. Para as despesas com pessoal foram alocados R\$ 1.403.182.604,00 somente na fonte de

recursos ordinários. Na fonte de recursos ordinários e de convênios, outras despesas correntes R\$ 483.158.536,00. Em investimento, o valor total foi de R\$ 56.132.991,00, distribuídos nas quatro fontes de recursos disponíveis.



Fonte: ASCOM, PMPA, 2024.



PM7



Fonte: ASCOM, PMPA, 2024.

A PM 7 tem como foco a gestão de qualidade, com ênfase nos resultados tangíveis e no aumento da satisfação dos públicos interno e externo. Para isso, a Seção padroniza comportamentos policiais por meio dos denominados Procedimento Operacional

Padrão (POP) e Procedimento Administrativo Padrão (PAP), além da continuada atualização da Carta de Serviços ao Cidadão, tudo voltado para o alinhamento do agir policial face às demandas da sociedade.

Procedimento Operacional e Administrativo Padrão

Desde 2021 diversos manuais foram publicados na Corporação, potencializando a atuação policial ao estabelecer parâmetros e direcionamentos sobre como proceder nas ocorrências do dia a dia.

Em 2024, foi publicado POP referente ao Processo de Uso de Instrumento de Menor Potencial Ofensivo, resultando em cinco procedimentos: POP 035.001 - Uso de Espargidores; POP 035.002 - Uso de Granadas Policiais; POP 035.003 - Uso de Lançador de Munição Química, POP 035.004 - Uso

de Arma de Fogo/Lançador com Munição de Impacto Controlado e POP 035.005 - Uso de Arma de Incapacitação Neuromuscular.

Os documentos convergem para a adequação da atuação dos integrantes da PMPA ao disposto na Portaria Interministerial nº. 4.226/2010, que estabelece as Diretrizes sobre o uso da Forças pelos Agentes de Segurança Pública. Após a publicação dos POPs, o efetivo foi capacitado para atuar de acordo com o padrão estabelecido.

Carta de Serviços 2024

A Carta de Serviços da PMPA permite ao cidadão conhecer os serviços prestados pela instituição conhecer ações e programas do Governo do Estado do Pará no âmbito da Polícia Militar. Em 2024, a Carta passou

por atualização, e hoje oferta 43 serviços, os quais se destacam: E-SIC, Policiamento Ostensivo dividido por áreas operacionais, Trilha ecológica, PROERD, Equoterapia, Patrulha Maria da Penha, e Cinoterapia.





Fonte: ASCOM, PMPA, 2024.

A 8ª Seção do EMG compete realizar, apoiar e orientar pesquisas científicas relacionadas à estrutura organizacional e à atuação da PMPA, ou correlatas a problemas que diretamente ou indiretamente afetem a organização policial militar e sua atuação, bem como problemas relacionados à se-

gurança pública, violência e criminalidade, a fim de subsidiar o planejamento, organização, direção e controle das atividades da Corporação, em consonância com a missão institucional e as políticas de Segurança Pública Nacional e Estadual.

Lançamento do Periódico Científico PMPA em Revista v. 2, n. 3

A 3ª edição do Periódico Científico PMPA em Revista foi lançado em 23 de abril de 2024, no Salão Nobre do Comando de Missões Especiais (CME). Com a temática “A Polícia Militar ‘entre os fios e os rastros’ da História do Grão-Pará”, a revista destacou assuntos importantes sobre as experiências sociais, a Memória e a História que envolvem a “Corporação de Fontoura” ao longo do tempo no território paraense.



Fonte: PM/8, EMG, PMPA, 2024.

Primeiro Seminário do Periódico Científico PMPA em Revista

O primeiro Seminário do Periódico Científico PMPA em Revista ocorreu no auditório do Comando Geral da PMPA, no período de 5 a 7 de junho de 2024 e apresentou

assuntos referentes à 3ª edição do periódico e contou com a participação de autores, palestrantes, policiais militares e comunidade acadêmica em geral.



O evento foi transmitido *on-line* e contou com intérpretes de Libras da Universidade do Estado do Pará (UEPA), refletindo o

esforço institucional para promover a acessibilidade e inclusão.



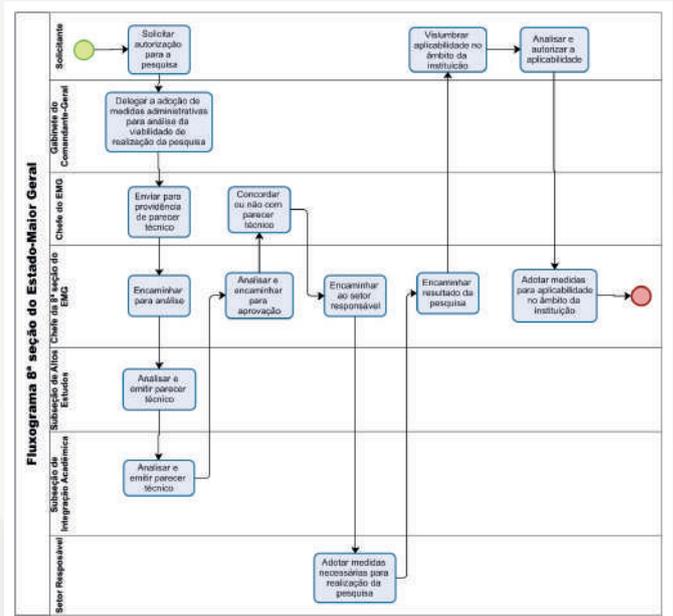
Fonte: PM/8, EMG, PMPA, 2024.

Auxílio a pesquisas

Ao que compete à 8ª Seção, o auxílio a estudos de pesquisas no que concerne a fornecimentos de dados da PMPA, legislação, liberação de entrevista e pesquisa de campo no âmbito da Instituição é de fundamental importância para a Corporação, tendo em vista que o retorno dos referidos estudos podem subsidiar na resolução de problemas sejam eles na missão, estrutura, organização e planejamento da PMPA, além do aprimoramento da prestação de serviço à sociedade.

As solicitações das pesquisas chegam por meio do Processo Administrativo Eletrônico (PAE), sistema institucional do Governo do Estado do Pará, ou pelo e-mail da Seção (emg.pm8@gmail.com). Após a solicitação ser recebida pelo Gabinete do Comando, esta é encaminhada para o Chefe do Estado-Maior que a direciona para a PM8, que emite o parecer técnico sobre a viabilidade ou não do estudo e o fornecimento de dados pelo setor responsável.

As demandas vêm de diversos órgãos da segurança pública, Conselho Nacional de Comandantes-Gerais, Instituições Militares, Universidades, Instituto de Ensino de Segurança Pública do Pará (IESP) e do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP). Esse fluxo segue conforme, a ilustração abaixo:



Fonte: PM/8, EMG, PMPA, 2024.



COMISSÃO PERMAN



ENTE DO ANUÁRIO

